

Um intelectual completo

Prefácio a *O Brasil em Construção: Teoria, História e Economia na Obra de Pedro Cezar Dutra Fonseca*.
Porto Alegre: Editoria da UFRGS, 2017 (no prelo).
Livro organizado por Ivan Salomão por ocasião da aposentadoria de Pedro Cezar Dutra Fonseca na UFRGS.

Este livro é o Festschrift de Pedro Cezar Dutra Fonseca; é a homenagem que lhe prestam seus amigos e colegas economistas por ocasião de sua aposentadoria na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mas há dois tipos de livro desta natureza. No tipo mais comum, o organizador do livro pede que os autores escrevam trabalho sobre um tema que tenha sido de alguma forma tratado pelo homenageado, não sendo necessário que seja citado; no outro, o autor de cada capítulo analisa sua obra sob um determinado ponto-de-vista. Este é um Festschrift mais valioso, porque é preciso que o homenageado tenha uma obra, e que os autores a considerem suficientemente significativa para que escrevam o trabalho. É este o caso deste livro.

Conheço e admiro Fonseca há muito tempo, li seu livro sobre a política econômica no governo Vargas, e vários de seus trabalhos acadêmicos. Eles sempre me impressionaram pelo equilíbrio e pela competência. Mas ao ler os capítulos deste livro para escrever seu prefácio, fiquei conhecendo melhor sua obra, e minha admiração aumentou. É um intelectual completo, não porque saiba tudo – afinal, sabemos muito pouco – mas porque sua obra e seu ensino cobrem um amplo espectro de temas, desde a questão do conhecimento e do método, passando pela macroeconomia e a história econômica, para chegar por onde havia começado: o desenvolvimento econômico. É um intelectual que aprendeu com Hegel, com Marx e com Keynes, mas é essencialmente um intelectual desenvolvimentista que aprendeu com Getúlio Vargas, com Raúl Prebisch e com Celso Furtado.

Não foi por engano que citei Getúlio Vargas ao lado dos dois notáveis economistas. Fonseca não é um mero economista, mas um economista político no sentido clássico da expressão. Ele é um economista político porque a teoria econômica explica ou deve explicar como os sistemas econômicos são coordenados pelo Estado e o mercado, e não simplesmente pelo mercado como quer a ortodoxia liberal neoclássica. Ele é um economista nacionalista, porque para ele o desenvolvimento econômico é sempre o desenvolvimento de um estado-nação que está em competição econômica com os outros países e sempre sob ameaça de ocupação de seu mercado interno pelos países ricos. Ele é desenvolvimentista, porque para ele o desenvolvimento econômico é o principal objetivo político das sociedades modernas, e, quando esse objetivo está realmente alcançado e o país está realizando o alcançamento – nesses momentos de alcançamento ou *catching up* – o Estado está intervindo moderada e estrategicamente no mercado. Ele é um desenvolvimentista *social* e *democrático*, porque para ele o desenvolvimento só é legítimo se for democrático só será desejável se proporcionar mais igualdade social.

Mas ninguém pode melhor falar da obra de Fonseca do que os autores dos capítulos deste livro. Muitos foram seus alunos; todos são seus amigos; todos escreveram de maneira primorosa sobre sua obra. Com a devida licença dos autores, transcrevo, aqui, trechos selecionados do que considero ser o essencial da obra de Fonseca.

Começo por Gentil Corazza. No capítulo “Metodologia e interdisciplinaridade no pensamento de Pedro Cezar Dutra Fonseca” ele acabou fazendo uma análise abrangente da obra de seu amigo. No artigo “O método como tema: questões filosóficas, discussões econômicas” (2003),¹ Fonseca aborda as questões epistemológicas e metodológicas. “A intrincada conexão desses temas fica evidente na própria estrutura do texto acima referido, que é organizado na forma de três contraposições: dogmatismo-ceticismo, subjetivismo-objetivismo e racionalismo-empirismo. Evidentemente, uma análise dessas questões ultrapassa a questão do método e discute ao mesmo tempo seus fundamentos epistemológicos”. Na oposição entre o dogmatismo e o ceticismo, nosso autor vê um impasse. “Como superar este impasse? Fonseca faz apelo à dialética de Hegel e de Marx. Para a dialética, a realidade é contraditória, o que não a impede de ser conhecida. O conhecimento e a verdade são possíveis, embora a essência da realidade não seja apreensível nem diretamente, nem por completo e de uma vez por todas, pois o próprio real se “trans-forma”, a substância de uma coisa é a mudança e seu próprio movimento. Descobrir sua essência e suas leis internas é descobrir suas leis de movimento e de transformação. Por isso, Hegel substitui a lógica formal cartesiana e kantiana, que é limitada, pela lógica dialética, e o princípio da identidade pelo princípio da contradição”.

Jorge Armindo Aguiar Varaschin, no capítulo “O semblante de Hegel”, vai na mesma direção: “A não primazia da essencialidade do conteúdo sob a forma e a visão da história como um processo, ou seja, um movimento que constrói suas significações a partir de seu próprio devir, são características metodológicas que ligam o trabalho de Fonseca à dialética hegeliana. O processo histórico como um movimento cujas próprias contradições elaboram suas continuidades e discontinuidades e as alternativas para os impasses apresentados pelo percorrer dessa dinâmica revelam-se como visão que não permite generalizações apressadas e/ou análises rasas”.

Fonseca fez seu doutoramento no Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, em uma época na qual, influenciados pela teoria da dependência associada de Cardoso e Faletto, a ideia central era refutar o papel central da Revolução de 1930 no processo da revolução industrial brasileira. Sem entrar diretamente em conflito com a “verdade” daquele momento, Fonseca, citado por Veraschin, afirma “Os acontecimentos de 1930 não constituem a “revolução “burguesa, mas fazem parte de um processo histórico de Revolução Burguesa – e, já que processo, ocorreu no tempo e não em determinado ponto do tempo. Enquanto episódio pode ser considerado como ponto culminante de um desfecho iniciado na década de 20, que marcaria o fim da hegemonia da burguesia agroexportadora, constituindo-se em importante ponto de inflexão da Revolução Burguesa brasileira. A convergência entre o movimento político das forças internas contrárias ao situacionismo com a crise econômica internacional não pode ser reduzida a mera disputa de oligarquias, já que, sob nova correlação de forças políticas e econômicas, iniciava no Brasil novo tipo de desenvolvimento capitalista. (FONSECA, 1999, p. 146) E conclui Veraschin: “Em seu trabalho “Vargas: O Capitalismo em Construção”, Fonseca trabalha de maneira pormenorizada com os dois elementos da lógica dialética explicitada nos trechos anteriores. A visão da história como um processo, uma reflexão através de seu próprio devir, e as determinações sobre forma e conteúdo, concreto e abstrato, tratadas de forma não essencialista, ou seja, a não subordinação de nenhuma das partes perante a outra, transformam esse trabalho em um exemplo da face hegeliana na trajetória do autor”. Segundo Veraschin, ao adotar essa visão histórica, Fonseca, em seu livro maior, *Vargas: o Capitalismo em Construção*, usou como método a análise dos discursos de Getúlio

Vargas. “Assumindo Hegel, Fonseca constrói a ênfase analítica através dos contornos do discurso do então Presidente da República, mostrando a intencionalidade das ações empreendidas, principalmente referentes ao processo de industrialização nacional. Nesse ponto, a originalidade recai não apenas no tema e periodização do estudo, mas também na ideia de que o discurso se apresenta como um instrumental analítico importante, capaz de aprimorar as pesquisas históricas. Em outras palavras, o discurso possui relevância analítica na constituição de determinado período histórico, o que, de fato, põe a forma, o concreto, o fenômeno em posição privilegiada no decorrer da investigação”.

Concentrando-se no problema do método, Vladimir Lautert, no capítulo “O discurso como objeto de análise em *Vargas: o Capitalismo em Construção*”, começa sua contribuição para este livro assinalando que “o professor Pedro Cezar Dutra Fonseca aborda a construção do capitalismo de forma justaposta à história do próprio desenvolvimento político, social e econômico da sociedade brasileira. Em relação a essa obra, no presente texto nos deteremos no seu aspecto metodológico, que consideramos ser uma grande inovação que ela trouxe para a historiografia econômica brasileira: sua construção a partir da análise dos discursos proferidos por Getúlio Vargas ao longo do vasto período de tempo que se estende dos anos 1920 até a primeira metade da década de 1950”. E continua Lautert, “a estratégia do autor é a de utilizá-lo (o discurso de Vargas) como meio de acesso à compreensão do contexto social, econômico e político no qual é produzido, o qual podemos chamar de ‘o real’ na falta de um termo mais adequado. Pode-se considerar que Fonseca vai além da análise do discurso porque o seu intuito, segundo Corazza,² é o de ‘pensar o real valendo-se do próprio pensamento sobre o real’, o que certamente é algo mais abrangente do que compreender o discurso”. Esse método implica que a linguagem não é neutra. Desta maneira, “e, nesse caso, analisar um discurso (ou os discursos de Getúlio Vargas) não se restringe a detectar os traços ideológicos nele presentes e o sentido a eles atribuído, mas deve abordar também as intenções que ele manifesta e que se traduzem em ações, daí a preocupação de Fonseca (1999) em estudar não somente a intencionalidade, como também os atos concretos do presidente e os seus efetivos resultados”. E conclui Lautert: “podemos sintetizar o que foi dito afirmando que em “*Vargas: o Capitalismo em Construção*” (1999) no discurso do presidente aparece um aspecto da ‘materialidade ideológica’ de sua época, o que quer dizer que foi dotado de sentido somente na medida em que foi passível de interpretação por parte dos seus contemporâneos. Para ser compreendido, o discurso de Vargas interagiu com a ideologia dos atores sociais que havia no período: foi interpretado a partir da sua ‘visão de mundo’ e disso resultou a sua concretização em atos do governo e resposta por parte desses atores sociais”.

Pedro Paulo Zahluth Bastos, no capítulo, “Intérprete inovador da revolução burguesa na era Vargas”, começa por observar que “os dois primeiros livros de Pedro, porém, foram os que o projetaram na cena acadêmica brasileira. O primeiro resulta de sua dissertação de mestrado, intitulado *RS: Economia e Conflitos Políticos na República Velha*, e obteve o segundo lugar no V Prêmio BNDES de Economia (1981), um feito importante em uma academia que costuma discriminar trabalhos históricos. O segundo, *Vargas: o capitalismo em construção*, resultou de sua tese de doutoramento na USP e recebeu Menção Honrosa no Prêmio Haralambos Simeonidis/ANPEC (1987)”. No primeiro livro, “os latifundiários criadores de gado e exportadores de charque, concentrados na Campanha Gaúcha (sul do RS), aderem ao liberalismo econômico e formam partidos de oposição contra o Partido Republicano Rio-grandense (PRR), que domina todo o período e ao qual Vargas se vinculou. Qual a base desta oposição regional? Ela tem fundamento econômico: os latifundiários querem apoio estadual para a defesa do charque e protecionismo federal contra a concorrência platina no mercado do centro-sul do país. É verdade que seus partidos fazem uma crítica liberal ao positivismo interventor do PRR, mas seu liberalismo é tipicamente hipócrita: querem apoio estadual e

protecionismo federal. Os líderes republicanos, por sua vez, são autoritários, mas não ‘patrimonialistas’ ou ‘personalistas’: pretendem dirigir o Estado não para enriquecer, mas para modernizar o Rio Grande do Sul com inspiração positivista”. Mas, em 1930, Vargas assumirá a presidência da República. “A ascensão política de Vargas à presidência do RS trouxe uma inovação política, econômica e ideológica: o questionamento do padrão-ouro e o elogio da expansão do crédito por um banco público, com a criação do Banco do Estado do Rio Grande do Sul. É aí que, para Fonseca, o positivismo é substituído pelo desenvolvimentismo”. Já no segundo livro, a interpretação da Revolução de 1930 é fundamental. E é aí, também, que Fonseca enfrenta mais dificuldades. Segundo Bastos, Fonseca parte de Florestan Fernandes, ou seja, da versão dependentista que negava a possibilidade de uma revolução burguesa, “para entender essa revolução burguesa como um conjunto de transformações nas dimensões diversas (“econômicas, tecnológicas, sociais, psicossociais e políticas”) da transição para o capitalismo. No entanto, sem nos avisar, dele se afasta ao dar mais ênfase aos conflitos intraburgueses, aos fracionamentos econômicos, políticos e ideológicos que os explicam, à participação relevante das camadas de trabalhadores que, fechada a alternativa comunista, se identificam à liderança política burguesa que é Getúlio Vargas. Esta se diferencia de outras tantas lideranças burguesas do período por portar um programa que se vai moldando pela crítica ao liberalismo, pelo positivismo, pelo nacionalismo econômico e pelo trabalhismo”. Neste quadro histórico, “o Estado Novo é inexplicável sem que se entenda as condições internas propícias à recepção e difusão do pensamento autoritário dos anos 1930 (Azevedo Amaral, Francisco Campos, Oliveira Vianna, entre outros), que faz uma crítica às consequências não liberais (mas oligárquicas) da implementação de ideias liberais no Brasil”. Em 1945, Getúlio Vargas é derrubado, mas em 1950 é eleito presidente da República e realiza um grande governo. Para Bastos, “Fonseca também inova no exame do segundo governo de Vargas, primeiro por começar avaliando a preparação de seu programa no período como senador, notando a substituição clara dos temas positivistas pelos trabalhistas que a experiência democrática induziu”. Segundo, porque “houve um ‘projeto’ de governo vinculado à industrialização pesada”. Terceiro, porque “a política econômica não é ortodoxa”. Quarto, porque “o governo é nacionalista, mas constrói um nacionalismo ‘possível’ dadas a correlação de forças e as oportunidades de barganha com os Estados Unidos”.

Fonseca é também um macroeconomista. Fernando Ferrari Filho, no capítulo “A Teoria Keynesiana no Pensamento de Pedro Cezar Dutra Fonseca” assinala esse fato. “No instigante artigo de 1998,³ Fonseca (1998: 73) objetiva questionar até que ponto e em que sentido se pode *atribuir* as ideias cepalinas a Keynes. A ideia de Fonseca é mostrar que o estruturalismo cepalino, embora se aproxime de alguns fundamentos teóricos de Keynes, tais como as críticas ao *laissez-faire*, a função do investimento para dinamizar a demanda efetiva e a necessidade do intervencionismo do Estado, não poderia ser denominado pejorativamente de “keynesianismo caboclo”, expressão cunhada pelos economistas brasileiros ortodoxos”. “No artigo de 2010,⁴ Fonseca argumenta que a contribuição teórica de Keynes – principalmente, econômica e política – trilhou um caminho particular, visando mostrar como o liberalismo, seja econômico, seja político, é utópico. Assim sendo, o autor, em linha com a tradição do chamado keynesianismo filosófico, aponta que Keynes foi um pensador – muito além de economista – que, tendo como referência as ideias da livre iniciativa e da democracia representativa, preocupou-se em definir a sociedade em que vivemos como sendo uma alternativa ao liberalismo econômico e aos projetos socialistas”.

Está também voltado para a macroeconomia o capítulo de “Clássicos, neoclássicos, keynesianos e a evolução da macroeconomia moderna”, no qual Hélio Afonso de Aguiar Filho e Hermógenes Saviani Filho buscam sistematizar as principais contribuições à história da macroeconomia apoiando-se em dois trabalhos de Fonseca, “Clássicos, Neoclássicos e

Neokeynesianos: uma tentativa de sistematização” (1981)⁵ e “A Evolução da Ciência Econômica” (1996)⁶. “À luz das categorizações de Keynes e de Joan Robinson, Fonseca busca nesses dois artigos elucidar contribuições, influências e percursos, permitindo apreciar de forma mais clara o desenrolar desta área do conhecimento econômico. Isto se justifica porque as classificações operadas ao mesmo tempo por estas distintas perspectivas geram indefinições na análise a respeito dos aspectos coincidentes e contraditórios das diversas teorias macroeconômicas”.

As contribuições teóricas de Fonseca situam-se, principalmente, na discussão do desenvolvimentismo, que ele define como “a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista”.⁷ Ele foi formado no quadro do desenvolvimentismo clássico de Raúl Prebisch e Celso Furtado, em um momento em que o Brasil, sob o controle dos militares, crescia muito, mas não havia democracia e a desigualdade aumentava. A partir de 1980 o desenvolvimentismo clássico e a macroeconomia pós-keynesiana, que haviam nascido fazendo a crítica da visão liberal neoclássica, passaram a enfrentar grave crise na medida que essa teoria e essa ideologia voltaram a se tornar dominantes – mainstream – nas universidades americanas e inglesas. Ivan Salomão trata de maneira histórica esse tema em seu capítulo, “O desenvolvimentismo na obra de Pedro Cezar Dutra Fonseca”. Salomão começa pelo positivismo – uma filosofia que teve grande influência no Brasil e, em particular, no Rio Grande do Sul, e que pode ser considerada como antecessora do desenvolvimentismo. Para esse autor, “os positivistas concorreram para moldar a faceta não liberal do desenvolvimentismo... o positivismo contribuiu para sua gênese ao conceber (agora citando Fonseca) ‘a história como um processo em construção, de responsabilidade da ação dos homens e, mais especificamente, dos governos, os quais devem nortear sua *práxis* em políticas efetivas visando a um futuro desejável””.⁸ O primeiro texto propriamente desenvolvimentista de Fonseca foi “Estado e industrialização consciente: 1930-1945” (1987) no qual ele acentuou o caráter deliberado do desenvolvimentismo.⁹ Nesse texto, tendo Vargas como referência, “Fonseca buscou condicionar o desenvolvimentismo à consciência da política pró-industrialização”, e afirmou “a impossibilidade de um desenvolvimentismo inconsciente, pois, projeto que é, exige, por definição, desígnio prévio”. Fonseca voltou ao tema em “Sobre a intencionalidade da política industrializante da década de 1930” (2003).¹⁰

Em “Origens e vertentes do pensamento cepalino” (2000),¹¹ “Fonseca identificou suas três principais influências teóricas: o liberalismo de “exceção”, o positivismo e o intervencionismo industrializante de List. “A primeira baseia-se no próprio entendimento de determinados autores clássicos – especialmente Adam Smith e John Stuart Mill –, os quais assumiam o liberalismo como regra, mas admitiam casos em que se fazia imperiosa a atuação do Estado. Esta, por sua vez, justificar-se-ia na medida em que se atingissem determinados fins – como o progresso e o bem-estar social – tal qual apregoava o positivismo. Por fim, à intervenção estatal guardava-se um escopo específico, nos moldes do que propusera o economista alemão Friedrich List no século XIX: a industrialização, único meio de tornar “justo” o comércio entre países, gênese da teoria da deterioração dos termos de troca Singer-Prebisch”.

Estas ideias foram mais bem elaboradas no trabalho “Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil” (2004).¹² Nele, Fonseca afirma que as correntes que compõem o desenvolvimentismo são o nacionalismo, a industrialização e o papelismo, mas “as três correntes supracitadas, quando apartadas, tampouco abarcavam a envergadura do projeto desenvolvimentista em sua completude”. E continua Salomão: “Em que pese a farta bibliografia referente às duas primeiras vertentes do ‘núcleo duro’ do desenvolvimentismo,

pouco se conhecia acerca da terceira: o papelismo. Em 2005, por ocasião de sua exposição no IV Encontro Ibérico de História do Pensamento Econômico, em Lisboa, o professor Luiz Carlos Bresser-Pereira sugeriu que se esclarecesse de forma mais detida a relevância do papelismo para a formação do desenvolvimentismo. Assim, recomendou que Fonseca explorasse melhor essa hipótese em artigo à parte, sugestão da qual surgiram os trabalhos “A controvérsia entre metalismo e papelismo e a gênese do desenvolvimentismo no Brasil” (2008),¹³ apresentado em 2008 no XXXVI Encontro Nacional de Economia da ANPEC, em Salvador, e “Metalistas x papelistas: origens teóricas e antecedentes do debate entre monetaristas e desenvolvimentistas”, publicado em 2012, em parceria com a professora Maria de Lourdes Mollo, pela *Nova Economia*.¹⁴ Para Fonseca, “o desenvolvimentismo não irrompeu de forma espontânea e repentina, tampouco surgiu em decorrência da crise econômica iniciada com a quebra da bolsa de valores em Nova Iorque, em 1929. Tratou-se, pelo contrário, de um típico processo de construção política e intelectual, fruto da realidade brasileira e da consciência gradual de determinados atores de sua elite em relação à situação de atraso em que vivia o país. Enraizado localmente, diferia, por exemplo, do movimento antropofágico, o qual, embora tenha procurado assimilar criticamente valores culturais estrangeiros, foi, por estes, diretamente moldado e influenciado. De modo que, ao grupo que assumiu o poder em 1930 não se fazia totalmente desconhecido o corpo das ideias desenvolvimentistas – embora qualificações de rumo e de vulto foram a ele ulteriormente adicionadas”.

Finalmente, em “Desenvolvimentismo: a construção do conceito” (2013),¹⁵ ainda seguindo Ivan Salomão, “Fonseca inovou ao buscar uma definição para o conceito que fugisse do ‘tipo ideal’ para, assim, eximir-se de valoração apriorística. Ao perceber que tanto a ortodoxia quanto parte dos autores marxistas associavam o desenvolvimentismo a populismo, evidenciava-se que ambos tendiam a circunscrevê-lo ao período da substituição de importações, estratégia sutil para atestar a datação do fenômeno. Ao definir desenvolvimentismo à luz de suas próprias idiossincrasias teóricas e/ou ideológicas, a maioria dos autores permitia que concepções ‘axiomáticas’ moldassem o resultado de suas análises. Desse modo, a polissemia do conceito resultava em ambiguidade quanto ao espectro denotativo por ele coberto. Assumindo que um conceito corresponde a um fenômeno tanto da realidade histórica quanto da ideia no discurso político, Fonseca apoiou-se no método de ‘construção de um conceito’, desenvolvido pelo cientista político italiano Giovanni Sartori, para definir o desenvolvimentismo a partir das experiências históricas observadas na América Latina ao longo do século XX. Fonseca estudou as diversas experiências latino-americanas consideradas pela literatura como desenvolvimentistas para delimitar o conjunto de atributos que categorizam o conceito”.

Ricardo Dathein, em seu capítulo, “O Estruturalismo e as contribuições analíticas de Fonseca”, comenta também este último trabalho sobre a construção do conceito, assinalando que “se percebe nesse conceito a concepção sobre desenvolvimento enquanto mudança estrutural evolutiva. Para as concepções estruturalistas a superação de problemas econômicos e sociais passa por mudança estrutural na economia. Como o mercado não pode ou tem muita dificuldade para promover essas mudanças (ainda mais em um contexto de subdesenvolvimento, ou num *status quo* não desejável), torna-se necessária uma estratégia econômica deliberada (ou seja, intencionalidade, ou uma tomada prévia de consciência sobre a necessidade da transformação estrutural, com uma visão nacionalista), comandada por um governo (intervencionismo estatal), com nível substancial de acordo social. E isso passa pela liderança do setor industrial, ou seja, por uma mudança estrutural com foco nesse setor, pois é esse que vai acelerar os investimentos, a produção, a produtividade e a adoção, difusão e produção de inovações, com impactos positivos essenciais sobre os demais setores”.

A obra de Fonseca ganha relevância quando se observa que o desenvolvimentismo estava quase esquecido, não apenas devido à dominância do liberalismo neoclássico desde 1980, mas também, entre os economistas heterodoxos, devido à dominância ou da macroeconomia pós-keynesiana, ou da teoria marxista. Pedro Cesar Dutra Fonseca era então o último dos moicanos na defesa do desenvolvimentismo. Entretanto, nos últimos 15 anos o desenvolvimentismo voltou à discussão, a partir da proposta do novo desenvolvimentismo – um sistema teórico em formação que tem origem no desenvolvimentismo clássico e na macroeconomia pós-keynesiana. O nacional-desenvolvimentismo tem hoje uma macroeconomia do desenvolvimento razoavelmente bem estruturada e uma economia política em formação. Defende um desenvolvimento econômico que seja também um desenvolvimento social e ambiental. Não obstante, entendendo que os defensores do novo desenvolvimentismo não eram suficientemente de esquerda, alguns economistas decidiram contrapô-lo a um “social desenvolvimentismo”, que seria mais progressista. Fonseca interessou-se pelo problema, e aceitou comparar os dois desenvolvimentismos – o que, a meu ver, faz pouco sentido.¹⁶ Enquanto sistema teórico, o social desenvolvimentismo não existe; é apenas o desenvolvimentismo clássico na sua fase inicial, da substituição de importações, que o Brasil abandonou já em 1967, quando neutralizou completamente a doença holandesa e iniciou um extremamente bem sucedido programa de exportação de manufaturados. Pode-se e deve-se criticar o novo desenvolvimentismo, pode-se compará-lo com o desenvolvimentismo clássico, mas não com um nada teórico. Fonseca é um economista de primeira grandeza, aberto para o novo, que já deu contribuições importantes para o desenvolvimentismo em geral; seu importante paper, “Desenvolvimentismo, a construção do conceito”, já foi uma contribuição para o novo desenvolvimentismo; espero que ele possa aprofundar a análise das novas ideias. Para terminar, dou a palavra a Leda Paulani, e a seu capítulo “Pedro Fonseca, Intelectual Engajado e Pensador do Conceito”, no qual ela faz o elogio geral a Pedro Cesar Dutra Fonseca, que eu subscrevo integralmente: “Sua contribuição não se resume à estreita seara acadêmica, a extrapola, pois suas pesquisas, as interpretações que a partir delas constrói e as reflexões que elabora sobre os temas que investiga, em sua maioria relacionados à história econômica-política-social do Brasil, ajudam a pensar a práxis, a estudar os caminhos, a enfrentar os desafios que momento a momento vão sendo colocados à nossa frente. No momento atual, por sinal, em que o país está perigosamente minando as bases de sua institucionalidade, para não falar do descalabro econômico, da tensão social crescente e da fraude política, nada melhor do que escarafunchar a história, para descobrir lá as raízes, muitas vezes insuspeitadas, das encruzilhadas presentes. E poder contar com uma reconstrução histórica assentada na pesquisa meticulosa, no trabalho diligente e na argúcia argumentativa do Prof. Pedro é um alento”.

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Abril de 2017

¹ In Gentil Corazza, org. *Métodos da Ciência Econômica*, Porto Alegre: UFRGS, 2003.

² Gentil Corazza, “Vargas: o capitalismo em construção”, *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 10 (2), 1989: 355-360.

-
- ³ Pedro Cezar Dutra Fonseca, “As origens do pensamento cepalino e a influência de Keynes”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n.2, junho 1998: 72-95.
- ⁴ Pedro Cezar Dutra Fonseca, “Keynes: o liberalismo econômico como mito”, *Economia e Sociedade*, Campinas, 19, 2010: 425-447.
- ⁵ In *Perspectiva Econômica*, São Leopoldo: Unisinos, Ano XVII, 1981, 11 (30): 35-64.
- ⁶ In N. Souza, *Introdução a Economia*, São Paulo: Atlas, 1996: 41-66.
- ⁷ Pedro Cezar Dutra Fonseca (2013 [2015]) “Desenvolvimentismo: a construção do conceito”, in Ricardo Dathein, *Desenvolvimentismo: O Conceito, as Bases Teóricas e as Políticas*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015: 59. Publicação original como Texto para Discussão IPEA, 2003
- ⁸ Pedro Cezar Dutra Fonseca, “A controvérsia entre metalismo e papelismo e a gênese do desenvolvimentismo no Brasil”. XXXVI Encontro Nacional de Economia da ANPEC: 13. Salvador, 2008.
- ⁹ In *Questões de Economia Política*, Porto Alegre, 3 (4) 1987: 20-32.
- ¹⁰ In *Revista de Economia Política*, São Paulo, 23 (1) 2003: 133-148.
- ¹¹ In *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 54 (3) 2000: 333-358.
- ¹² In *Pesquisa & Debate*, São Paulo, 15-2 (26), 2004: 225-256.
- ¹³ In XXXVI Encontro Nacional de Economia da ANPEC, Salvador, 2008.
- ¹⁴ In *Nova Economia*, Belo Horizonte, 22 (2) 2012: 203-233.
- ¹⁵ In Ricardo Dathein, op. cit.
- ¹⁶ Maria de Lourdes Rollemberg Mollo e Pedro Cezar Dutra Fonseca (2013) “Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais”, *Revista de Economia Política*, 33 (2): 222-239.